

Fronteira entre o passado e o presente

ADRIANA MARA VAZ DE OLIVEIRA

PESSOTI, Luciene; RIBEIRO, Nelson Pôrto (Org.). *A construção da cidade portuguesa na América*. Rio de Janeiro: PoD, 2011.

O ambiente construído demanda reflexão de toda ordem. A ação no presente exige retorno ao passado para alcançar diligentemente o futuro. Esse profícuo diálogo se estabelece na fronteira de experiências e saberes. A condição fronteiriça de “estar-entre” permite apreender o passado como espaço limítrofe entre o presente e o devir (OLIVEIRA, 2010), e o livro *A construção da cidade portuguesa na América*, organizado por Luciene Pessoti e Nelson Pôrto Ribeiro, aí se situa, por unir abordagens sobre a formação urbana brasileira do período colonial e acerca do patrimônio luso-brasileiro. Os textos agrupados nesse livro são decorrentes do II Seminário do Urbanismo Colonial: A Construção da Cidade Portuguesa na América, realizado na Universidade Federal do Espírito Santo (UFES) em 2009 e organizado pelo Programa de Pós-Graduação em Artes, apresentando, como tal, discussões imprescindíveis para todos com interesse na área.

O encontro de pesquisadores dos dois lados do Atlântico – Pessoti e Ribeiro – gerou tal produto, que revela uma interlocução temática, ainda que não propositalmente apresentada pelos seus organizadores na composição do sumário da obra. Para facilitar a apresentação do livro, interpretei-o diante de dois temas nomeados de *Formação urbana brasileira* e *Patrimônio luso-brasileiro*, segundo os próprios organizadores mencionaram na apresentação.

O primeiro tema – *Formação urbana brasileira* – é composto por seis artigos que têm a constituição urbana do período colonial do Brasil como ponto em comum. Inicia com o artigo de Beatriz P. Siqueira Bueno, “A última década, novos rumos. Balanço da historiografia sobre urbanização no Brasil-Colônia: a contribuição dos estudos regionais recentes”, que, cuidadosamente, faz um apanhado das investigações a respeito das

questões urbanas brasileiras dos séculos de colonização. A autora aponta o pouco tempo de existência dos estudos da urbanização e do urbanismo brasileiros, em torno de cinquenta anos, destacando a contribuição primordial de Nestor Goulart Reis Filho. Na sequência, Bueno relaciona os nomes de autores, e seus respectivos estudos, que abordaram o assunto nas décadas seguintes, como Murilo Marx, Roberta Delson, Elizabeth Kuznesof, Benedito Lima de Toledo, Carlos Lemos, Maurício Abreu, entre tantos outros. Nessa amostragem, assim como na sequência dos anos de 2000 em diante, a autora ressalta a diversificação regional dos trabalhos e a dedutiva compreensão do processo de urbanização brasileira de forma mais coerente e equilibrada. Ao final, relaciona fontes bibliográficas e iconográficas de fácil acesso e questões que ainda merecem mais investigações.

O artigo “Diretrizes arquitetônicas e ordenamentos urbanos nas missões jesuíticas dos Guarani”, de Luiz Antônio Bolcato Custódio, insere-se nessa temática, por discutir a ocupação de ampla região, a partir da imbricação de aportes culturais diversos, estruturando “uma configuração urbana, associada a uma organização social peculiar, a tipologia urbana missionária” (p. 53). O autor discute a legislação voltada à ocupação das terras do Novo Mundo, assim como dos ordenamentos urbanos, para aproximar-se da ação jesuítica, assim como da sua arquitetura e das reduções, que eram os assentamentos de índios por eles coordenados, especificamente os dos Guarani. A descrição detalhada do ordenamento urbano do sistema reducional e a iconografia apresentada auxiliam a compreensão de uma parcela pouco conhecida de nossa história.

A eminente historiadora Maria Helena Ochi Flexor apresenta o texto “Repovoamento e urbanização do Brasil no século XVIII”, em que discute as ações da coroa portuguesa em relação à ocupação do território brasileiro no período indicado. Essas ações são compreendidas no bojo de um processo político amplo de Portugal em relação a todas as suas colônias e ao seu próprio território. Apoiada em extensa e diversificada documentação, Flexor aprofunda a questão da urbanização ao extrapolá-la para a diversidade de atitudes como a participação indígena, incentivo ao comércio em zonas específicas, introdução de imigrantes portugueses e técnicas agrícolas em algumas regiões do Brasil, entre outros, mostrando que, por vezes, ideias propagadas pela historiografia tradicional fenecem-se diante de novas fontes. Concentra-se em detalhar o estabelecimento de vilas na capitania baiana, descrevendo todo o ritual de implantação, por meio de pormenores que inferem a rigorosidade da pesquisa.





#1 EN KAMIS ETAS
SURF ROCK SKATE

Sudagrip®

ANTIGRIPAL

Natureza privada, 2008

[este ensaio fotográfico foi realizado em El Salvador,
na rodovia que liga o aeroporto à cidade de San Salvador]

RUBENS MANO

mano.rs@uol.com.br

Rubens Mano é artista. Formou-se em Arquitetura e Urbanismo na FAU/Santos e fez mestrado em Poéticas Visuais na ECA/USP. Suas ações incidem sobre as relações existentes entre a produção de espaços e a maneira como apreendemos o ambiente ao redor. Realizou, entre outros, os trabalhos *corte e retenção*, na Casa da Imagem, em 2012; *incessante–incurável*, na Galeria Millan/São Paulo, em 2011; *futuro do pretérito*, no Museu Nacional/Brasília, em 2010; *contemplação suspensa*, na Pinacoteca do Estado/São Paulo, e *let's play*, na Galeria Casa Triângulo/São Paulo, ambas em 2008. Entre as principais mostras coletivas, destacam-se *Lugar Nenhum*, no Instituto Moreira Salles/Rio de Janeiro, em 2013; a *Bienal de Cuenca*, em 2011; a *Bienal de São Paulo*, em 2008 e 2002, o *inSite*, em Tijuana e San Diego, em 2005, e a *Bienal de Sydney*, em 2004.

“Os modelos urbanos brasileiros das cidades portuguesas” é o título do artigo do notório pesquisador Manuel C. Teixeira, da Universidade Técnica de Lisboa. O texto problematiza a influência do urbanismo das colônias em Portugal, particularmente o do Brasil, depois de uma primeira fase em que os padrões de urbanização da metrópole eram predominantemente seguidos, mesmo que adaptados aos diversos territórios. O autor discrimina dois períodos históricos em que essa influência é reconhecível em terras lusas: no século XVI, por meio do plano de urbanização de Salvador; e no século XVIII, com as “múltiplas fundações urbanas” brasileiras (p. 151). Ambos os recortes cronológicos com suas respectivas experiências são importantes elementos como promotores de modificações na concepção e realização do urbanismo português, percebidos, no primeiro momento, no Bairro Alto em Lisboa e, posteriormente, na reconstrução da Baixa da capital lusa após o terremoto, e no plano para a Vila Real de Santo António. De todo modo, afirma-se “a reciprocidade de influências” [, em que]

os traçados urbanos setecentistas das cidades construídas em Portugal e no Brasil são expressão de um conhecimento teórico e prático caldeado e sintetizado ao longo de séculos, em múltiplas situações, em que se observam os elos de continuidade e as influências cruzadas que lhes deram origem (p. 168).

O artigo intitulado “A arquitetura e esfera pública. O palácio Anchieta e o sítio fundador de Vitória/ES”, de Clara Luiza Miranda, problematiza a evolução urbana da capital capixaba a partir do colégio e igreja jesuíta de São Tiago. Esse edifício assume uma posição estratégica na feição urbana da vila, estabelecendo relações dialéticas entre o público e o privado, definidas ao longo do tempo. A construção morosa do colégio e da igreja favoreceu a alteração do seu uso após a expulsão jesuíta no século XVIII, passando a abrigar a sede da capitania. A partir daí inicia-se um processo de modernização arquitetônica e urbanística do edifício e entorno visando sincronizá-los às mudanças desencadeadas pela modernidade, alcançando o tempo presente.

“Atores da construção civil na província do Espírito Santo do século XIX”, de Nelson Pôrto Ribeiro, é um texto primoroso. O arquiteto-historiador trata “dos atores da construção civil no Espírito Santo do século XIX e o papel que estes desempenharam na constituição da arquitetura e da engenharia edificada no período” (p. 125). Com muita sensibilidade, discute a pobreza da província, a falta de diversidade de materiais construtivos, a

mão de obra braçal e especializada (engenheiros civis e militares), os construtores e as obras públicas e, em especial, a ferrovia como veículo de aprimoramento da construção civil no lugar. As suas discussões são asseguradas por fontes diversas que vão dos relatórios provinciais aos relatos dos viajantes estrangeiros, passando pelas informações do Almanaque Laemmert.

O segundo bloco temático, intitulado *Patrimônio luso-brasileiro*, congrega quatro textos, divididos em dois que abordam questões mais gerais e os outros dois apresentam estudos de casos específicos. Entre os artigos de abordagem geral está “A cor (das cidades portuguesas) antes do moderno. Perplexidades, descobertas recentes e investigações em curso”, de José Aguiar, da Universidade Técnica de Lisboa. A cor na arquitetura é o tema desse artigo. A cromofobia instituída na cultura ocidental se expressa nas atitudes contemporâneas perante o ambiente construído, especialmente naquilo que diz respeito às intervenções patrimoniais. O autor discute as primeiras grandes operações de Ravalement ocorridas na Europa, como desencadeadora de questionamentos metodológicos acerca da homogeneização moderna dos tecidos urbanos históricos, ao contrário das “diferentes e ricas possibilidades expressivas das superfícies, materiais e cromas originais” (p. 11). Ao longo do texto, Aguiar questiona o papel da cor nos projetos de arquitetura, atentando-se para aqueles voltados aos patrimônios edificados, condenando a monocromatismo das intervenções portuguesas e as escritas vandálicas nos centros históricos.

O artigo do professor Paulo Ormino Azevedo, intitulado “Inventariar para valorizar e proteger”, trata de questões basilares quanto ao assunto é patrimônio, com ênfase ao inventário. O inventário provoca discussões de ordem conceitual e metodológica, apresentando-se como “a base de um sistema patrimonial verdadeiramente federativo, com diferentes categorias de bens e graus de proteção” (p. 26). Na defesa do inventário, o autor discute-o como valor cultural e como instrumento de gestão, apresenta a sua institucionalização no Brasil e encerra com a abordagem metodológica adotada nas suas experiências na Bahia.

Nos estudos de caso, apresentam-se “Capela de São João Batista – Carapina Grande, Serra – ES. Reconstrução como restauração da imagem”, de Cristina Coelho, e “Patrimônio ambiental urbano de Vitória: inventário e reflexões acerca das rupturas e permanências coloniais na contemporaneidade”, de Luciene Pessotti. O primeiro texto trata da experiência da restauração de uma capela que envolveu a comunidade, o Estado e a iniciativa privada. O relato correto de quem acompanhou todo o proces-

so garante a compreensão das decisões tomadas. A restauração optou pelo retorno à forma original, não mais existente, porque era assegurada pela resistência da imagem presa à memória dos moradores do lugar. O segundo artigo trata da apresentação de resultados de uma pesquisa acerca das “permanências urbanas, arquitetônicas e paisagísticas do período colonial na contemporaneidade e a preservação desses importantes elementos que constituem o patrimônio ambiental urbano de Vitória” (p. 105). Utilizando-se de mapas temáticos e outros documentos iconográficos, a autora faz uma avaliação das transformações no percurso do tempo para assegurar a percepção correta do tempo presente, possibilitando atitudes acertadas em relação às intervenções nessa paisagem cultural. O conceito de paisagem cultural, tão caro à autora, agrega-se ao de patrimônio ambiental urbano, relacionando os ambientes urbano e natural numa tessitura de relações inferidas na paisagem por meio da ação humana.

Em todos os artigos do livro, muito mais que a coincidência temática, há uma preocupação com a história. Dizer isso parece simples, mas não é. O interesse pela história, seja por meio da investigação de objetos do passado ou para intervenções no presente, denota compromisso e persistência. O compromisso em desenrolar mais um fio do novelo da nossa existência e persistência por enfrentar atropelos na busca de fontes e incompreensão por parte de muitos no gosto pelo passado. O limiar dessa dedicação encontra-se no desejo de favorecer o conhecimento para muitos. Por isso, esse livro encontra-se na fronteira de tantos tempos.

Referências

OLIVEIRA, Adriana Mara Vaz de. *Fazendas goianas: a casa como um universo em fronteira*. Goiânia: Ed. UFG, 2010.

Recebido em: 15/01/2013

Aceito em: 15/01/2013

ADRIANA MARA VAZ DE OLIVEIRA

amvoliveira@uol.com.br

Arquiteta. Doutora em História pela Universidade de Campinas (Unicamp) (2004). Professor adjunto II do Curso de Arquitetura e Urbanismo da Faculdade de Artes Visuais e do Mestrado em Performances Culturais da Universidade Federal de Goiás (UFG).